



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 6.835, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso de área oneroso, mediante procedimento licitatório na modalidade concorrência pública, para implantação, administração e operação comercial de serviços de cafeteria no Centro de Exposições e História Ricardo Nardelli, e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a conceder, nos termos dos artigos 67 e 69, da Lei Orgânica do Município, a título oneroso, o uso espaço público, localizado na Rua Miguel Prisco, 286 - Centro, neste Município, visando à implantação, administração e operação comercial de serviços de cafeteria no Centro de Exposições e História Ricardo Nardelli.

Parágrafo único. A concessão de uso de que trata o "caput" do presente artigo, deverá ser formalizada mediante prévio procedimento licitatório, na modalidade concorrência pública.

Art. 2º A área objeto da concessão de uso de que trata esta Lei, compreende:

"Uma sala, denominada como "Hall I", situada no pavimento térreo do edifício, medindo 25m² (vinte e cinco metros quadrados), formado por 4 (quatro) paredes de 5m (cinco metros), uma porta metálica de 3m (três metros), com saída para o jardim, duas janelas de vidro fixas, sem abertura, medindo 3m (três metros); pé direito com altura de 3,60m (três metros e sessenta centímetros); teto com acabamento em forro liso de gesso, em tabica negativa, sem moldura e sem roda teto; 3 (três) pontos elétricos de 110V (cento e dez volts), padrão de 3 (três) pinos, de acordo com a normatização BR14136; 1 (uma) caixa de passagem; 3 (três) luminárias tubulares de LED e 1 (uma) luminária de emergência autônoma de LED."

Art. 3º A concessão de direito real de uso onerosa vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da lavratura do instrumento de concessão, podendo ser prorrogado, por meio de termo de aditamento, mediante acordo entre as partes.

Art. 4º O valor inicial mensal da concessão será definido por avaliação técnica da Comissão Permanente de Avaliações, o qual deverá ser atualizado anualmente com base nos índices oficiais utilizados pelo Município.

Art. 5º Os requisitos para a exploração dos serviços serão dispostos em edital de licitação próprio.

Art. 6º A exploração dos serviços ficará sujeita à legislação e fiscalização do Poder Concedente, incumbindo aos que as executarem, a sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

Art. 7º Extinta a concessão, por quaisquer dos meios previstos em lei ou no edital de licitação, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário através do contrato.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 17 de fevereiro de 2023-309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO

Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 2716/2022-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 22/03/2023